

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE TURISTAS, VERANISTAS E MORADORES DE PERUÍBE/SP

CORNELIAN, Anderson Ricardo. - Mestre em Sociologia. Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Docente da Faculdade de Educação São Luís

LOPES, Mario Marcos. - Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá Professor/tutor da Faculdade de Educação São Luís e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

RESUMO

A preocupação com o meio ambiente tem crescido nas últimas décadas, se não nas práticas das pessoas em geral, ao menos nos discursos públicos e nas teorias acadêmicas. O presente texto é a exposição de uma pesquisa bibliográfica seguida de um estudo de campo de caráter exploratório. A pesquisa debruçou-se na busca pelas percepções sobre meio ambiente e preservação ambiental de três grupos distintos (veranistas, turistas e moradores) em uma praia da cidade de Peruíbe litoral de São Paulo no final do mês de dezembro de 2015. Os resultados apontam: 1. Existe uma identidade de percepção entre os membros dos grupos observados, bem como similaridades de compreensão/ideias entre os mesmos grupos no que tange à preservação ambiental; 2. Os moradores são vistos pela maioria como os principais responsáveis pela preservação ambiental; 3. Os turistas são encarados pela grande maioria como os principais responsáveis pela degradação ambiental; 4. A maioria dos respondentes afirma que preservação ambiental é muito importante, mas suas ações demonstram que o compromisso com a conservação do meio ambiente é periférico e casual; 5. A maior preocupação com a preservação ambiental dos membros dos três grupos pesquisados versa sobre o “futuro das próximas gerações”; 6. Os respondentes acusam os órgãos públicos, civis e privados de não auxiliarem os cidadãos quanto à conscientização e a construção de base concreta para uma atuação mais responsável com o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente; Preservação ambiental; Educação ambiental.

ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF TOURISTS, VACATIONERS AND INHABITANTS OF PERUÍBE/SP

ABSTRACT

Concern about environment has grown in recent decades, if not in the practices of people in general, at least in public discourses and academic theories. The present text is the report of a bibliographical research followed by an exploratory field study. The research focused on the perception of the environment and environmental preservation of three distinct groups (vacationers, tourists and residents) in a beach in the city of Peruíbe located in the coastal strip of São Paulo state at the end of December 2015. The obtained results were: 1. There is an identity of perception among the members of the observed groups, as well as similarities of understanding / ideas between the same groups regarding environmental preservation; 2. Residents are viewed by the majority as the main responsible for environmental preservation; 3. Tourists are viewed by the vast majority as being primarily responsible for environmental degradation; 4. Most respondents say that environmental preservation is very important, but their actions demonstrate that the commitment to environmental conservation is peripheral and casual; 5. The greatest concern with the environmental preservation of the members of the three groups surveyed is the “future of the next generations”; 6. Respondents accuse public, civil and private agencies of not helping citizens in raising awareness and building a concrete basis for a more responsible action with the environment.

A percepção ambiental de turistas, veranistas e...

KEYWORDS: Environment; Environmental preservation. Environmental education.

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial até os dias atuais os indivíduos capitalistas usufruem de forma irresponsável dos recursos naturais, bem como vêm poluindo, desmatando, extinguindo seres vivos, dentre outros; buscando sempre maior produtividade de mercadorias e/ou maior rentabilidade financeira (MARAFANTE, 2015).

Nos últimos 50 anos, o entendimento e o relacionamento dos seres humanos das sociedades capitalistas ocidentais com a natureza tem se transformado consideravelmente. Cada vez mais, as pessoas parecem estar mais conscientes e comprometidas com a preservação ambiental e a sustentabilidade do planeta (CHINALIA, 2009b).

Evidentemente que uma mudança de pensamento e de comportamento leva muito tempo para ser efetivada em âmbito social, sendo que alguns grupos humanos desenvolvem mais rapidamente e com maior intensidade que outros, novos valores morais. De modo que a interatividade com a natureza varia muito de sociedade para sociedade, de subcultura para subcultura, de indivíduo para indivíduo (KLEBER; CORONA, 2008).

Atualmente, muitas pessoas, dos mais variados padrões morais ou culturais, têm procurado lazer, diversão e descanso junto a ambientes “ao ar livre”, ou seja, independentes das construções ou criações humanas, como em cachoeiras naturais, rios, montanhas, florestas, mares e praias.

Assim, o presente trabalho assume a seguinte problemática: quais as diferenças de percepção sobre a preservação ambiental quando comparadas três categorias distintas: os residentes de cidades praieiras, os visitantes regulares de praias e os visitantes esporádicos de praias? E mais, qual a avaliação de cada grupo no tocante à relação dos outros dois grupos com o meio ambiente? Esses grupos se identificam através da relação ambiental?

Tais indagações levaram aos objetivos específicos

abaixo:

- Identificar a percepção quanto ao significado de meio ambiente de três grupos de indivíduos: 1. Os moradores; 2. Os que possuem casa de veraneio; 3. E os turistas casuais de uma praia do litoral do Estado de São Paulo;
- Identificar e comparar as concepções, ações e comportamentos dos grupos pesquisados quanto à preservação ambiental, buscando-se pessoas supostamente mais maduras e conscientes (homens e mulheres acima de 25 anos de idade);
- Identificar quais os fatores mais relevantes para a motivação da preservação ambiental de acordo com os grupos pesquisados;
- Identificar se há identidade entre os membros dos referidos grupos a partir da relação que os mesmos possuem com o meio ambiente, bem como se há distinção e distanciamento entre os grupos também a partir do posicionamento ambiental.

Parte-se do pressuposto de que, por residir em uma cidade litorânea (pelo contato constante e maior necessidade de conservação), os membros do primeiro grupo (moradores) tenham mais consciência e comprometimento com a preservação ambiental do que os membros do segundo grupo (veranistas), bem como, seguindo o mesmo raciocínio, presume-se que o segundo supere o terceiro grupo (turistas) nesse sentido.

Entende-se também que a presente pesquisa justifica sua importância pela possível contribuição, tanto através do levantamento de dados concretos, quanto pela abordagem analítica que faz sobre um fundamental componente da realidade brasileira; apontando, inclusive, fatores motivacionais ao desenvolvimento da responsabilidade referente à preservação ambiental, que podem ser melhor trabalhados por políticas públicas e estratégias pedagógicas dentro da educação ambiental.

Além do mais, esse trabalho, tendo como foco a percepção ambiental de turistas, veranistas e moradores assume um caráter inovador, conforme

pesquisa realizada no portal Capes e *Scielo*. Outros trabalhos empenharam-se em estudar públicos específicos, como Lopes (2011) que analisou a percepção ambiental de alunos da Rede Pública de Ensino nos Municípios de Peruíbe (SP) e Itariri (SP); Sousa et al., (2006) que investigaram a percepção ambiental, perfil socioeconômico e uso e ocupação do solo pela comunidade residente no núcleo Pedro de Toledo – Parque Estadual da Serra do Mar – SP que abrange trechos dentro dos municípios de Pedro de Toledo, Juquitiba, Itariri e Peruíbe; Ferreira (2005) em sua dissertação aborda a percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins, que congrega o município de Peruíbe e outros trabalhos correlacionados. Entretanto, trabalhos semelhantes foram realizados em outras localidades e focos diversificados, como Coutinho et al., (2015) que investigaram a percepção ambiental de moradores e frequentadores da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, município de Niterói, RJ; Costa (2012), coletaram a percepção ambiental dos frequentadores das praias do Bessa e Intermares (PB) frente à conservação das tartarugas marinhas; Amorim et al., (2010) analisam a percepção ambiental dos frequentadores, turistas e comerciantes da Praia Ponta D'areia.

Por fim, a pesquisa vem trazer um novo olhar sobre a questão e apontar caminhos para outras propostas que venham se unir a esta.

REVISÃO DA LITERATURA

A percepção humana

Os seres vivos percebem o mundo ao seu redor a partir da interação que realizam com tal mundo, utilizando-se de capacidades chamadas de sensoriais, tais como: visão, audição, olfato, tato, paladar, sonar, radar, captação eletromagnética, entre outras. Assim, ao longo de suas vidas, esses seres vão construindo para si a imagem da realidade na qual vivem (BAPTISTA, 2015).

No caso dos seres humanos a percepção do mundo é mais complexa, pois não depende apenas das capacidades sensoriais que possuem,

mas também da construção sociocultural que é constantemente projetada em sua base de captação e entendimento da realidade.

Assim, os seres humanos não percebem o mundo a partir de seus cinco sentidos, mas sim, constroem suas percepções da realidade utilizando seus sentidos a partir de uma configuração cognitiva, racional, valorativa e emocional organizada pela formação sociocultural em que se desenvolvem (BAPTISTA, 2015).

Em suma, uma pessoa não vê o que seus olhos captam, mas vê, na imensa maioria dos casos, o que sua base sociocultural diz que deve ser visto, e entende o que foi visto a partir da mesma base sociocultural, ou seja, atribui sentido ou significado ao que foi captado de acordo com a bagagem sociocultural que ela possui.

Acontece que o indivíduo humano não é uma mera marionete nas mãos da sociedade, fazendo somente o que essa última exige. Mesmo que pequena, o ser humano apresenta certa liberdade de pensamentos e ações que não apenas escapam à formatação sociocultural estabelecida, como também podem transformá-la. De modo que faz parte da condição do indivíduo humano apresentar essa contraditória e complementar configuração de ser reprodutor (ator social) e criador (sujeito social) de sua percepção (COTRIM, 1993).

Mudanças e resistências no comportamento humano

Os seres humanos tendem conservar comportamentos adquiridos que foram ou são eficientes para se atingir determinado fim. Essa é a base antropológica da formação cultural das sociedades humanas (SANTOS, 2006). Para tanto, várias barreiras à mudança são articuladas pelos indivíduos, em maior ou menor grau, em uma sociedade, tais como: o hábito, a busca por segurança, o medo do desconhecido, o processo seletivo de informações, entre outros.

[...] Como seres humanos, somos criaturas de hábitos. A vida já é suficientemente

complexa; não precisamos avaliar todas as alternativas para cada uma das decisões que tomamos todos os dias. Para enfrentar essa complexidade, criamos hábitos ou respostas programadas. Quando nos defrontamos com a mudança, essa tendência a responder de acordo com o costume transforma-se em fonte de resistência. [...] As Pessoas com elevada necessidade de segurança costumam resistir à mudança por se sentirem ameaçadas (ROBBINS, 2002, p. 531).

[...] as pessoas moldam o mundo por meio de suas percepções dele. Depois de criado esse mundo, ele resiste a mudanças. Dessa maneira, as pessoas passam a processar seletivamente as informações para manter suas percepções intactas. Elas ouvem só o que querem ouvir. Ignoram informações que possam desafiar o mundo que construíram (ROBBINS, 2002, p. 532).

Entretanto, os seres humanos são seres em permanente transformação, seu processo criativo e suas atividades racionais e emocionais imprimem movimento e mudanças constantes no comportamento e no pensamento humanos (SANTOS, 2006). Assim, existem algumas estratégias para superação da resistência à mudança, que vão desde táticas de comunicação e convencimento até a coerção mais agressiva.

O conceito de meio ambiente e sua percepção histórica

Apenas ao longo das últimas décadas, tem-se desenvolvido a percepção de que os seres humanos são membros inseparáveis e dependentes da organização ambiental – de modo que o prejuízo ambiental significa (a curto, médio e longo prazos) prejuízo humano; de que degradar o meio ambiente é degradar as condições de existência humana – o que desencadeia a tendência da existência de comportamentos humanos que se responsabilizem pela preservação e bem-estar ambientais (CHINALIA, 2009b).

Para tanto, faz-se necessária a adoção de um conceito holístico de meio-ambiente:

Meio ambiente constitui-se de um lugar determinado e/ou percebido onde estão, em relações dinâmicas e em constante interação, os processos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (REIGOTA, 2001 apud CHINALIA et. al., 2009b, p. 08).

Esse processo, tanto de aumento da percepção da responsabilidade ambiental dos humanos quanto de ações que sejam mais coerentes com tal percepção, já começou, ainda que de forma mais ou menos lenta e mais ou menos irregular.

Uma grande parcela da sociedade mundial, já possui a noção de que uma quantidade enorme de recursos naturais é necessária para manter o estilo de vida de uma parcela que vive com alto nível de conforto, o que só pode ser oferecido com o comprometimento da qualidade ambiental do planeta (MEC, 2000) [...]

Todos os fatos relacionados com a crise ambiental atual foram produzindo uma mudança gradativa na sociedade e nas suas instituições. Mas dependendo de como essas informações penetram nas percepções dos indivíduos e de como se refletem em suas ações, as mudanças acabam sendo lentas e incompletas. Assim, em uma mesma organização social podemos encontrar, convivendo lado a lado, posturas conservadoras, indiferentes ou renovadoras (KLEBER; CORONA, 2008, p. 55).

Portanto, vê-se claramente que a percepção humana é muito mais um fator histórico-social e subjetivo do que propriamente empírico-concreto.

Intervenção humana no meio ambiente e preservação ambiental

Para Chinalia et al., (2009a, p. 14), “a Biosfera é o sistema ecológico final. Tudo que é externo à Biosfera é a luz do Sol que atinge a superfície da Terra e a escuridão fria do espaço”. Assim, energia e matéria devem ser compostas e decompostas (transformadas) para serem aproveitadas pelos seres vivos. E só há vida no planeta caso esses processos de transformação se realizem de forma constante e equilibrada.

Qualquer alteração em um ecossistema pode gerar desde pequenos problemas a alguma espécie, até a destruição de todo o ecossistema, colocando em risco todas as espécies (animais, vegetais e microrganismos) que habitam este fluxo biótico e abiótico. Sendo que esses agravantes podem, inclusive, comprometer todo o circuito da Biosfera. (CHINALIA, 2009a).

A intervenção humana nos ecossistemas de forma intensa, constante e desequilibrada, tem gerado graves comprometimentos de ecossistemas, extinção de espécies, mudanças climáticas, risco à própria vida no planeta.

Existir é impactar. Todo ser (vivo ou não) causa um impacto em um ecossistema. Todavia, existem impactos de maior e de menor intensidade, bem como impactos construtivos e impactos destrutivos (MARAFANTE, 2015).

Os seres humanos – consciente de sua vontade, mas não precisamente dos efeitos ecológicos dessa vontade! – ao longo da história eliminou espécies, poluiu água, ar e solo, transformou paisagens, desfez *habitats*.

O homem eliminou (ou elimina) espécies indesejáveis a ele por, basicamente, três motivos que podem ser complementares: 1. Porque são um risco ao homem (serpentes venenosas, tigres, ursos etc.); 2. Porque atrapalham a produtividade humana (coelhos em uma horta, onças em um pasto bovino, raposas em uma granja etc.); 3. Por sua relação com o lucro, sendo que os que não oferecem lucro ou vantagem direta (plantas sem utilidade comercial, animais não visados ou valiosos no mercado etc.) não são desejados e preservados, e os que oferecem

lucro são visados e podem ser ameaçados (jacarés, pelo seu couro; elefantes, pelo marfim; baleias, pelo óleo; etc.) (MARAFANTE, 2015).

No tocante à poluição, esta deve ser entendida como o procedimento que insere substâncias que provocam alteração em um ambiente. A poluição sempre gera mudanças no meio, nem sempre perversas ou destrutivas. Entretanto, dependendo do tipo e intensidade da poluição, gera-se um desequilíbrio ambiental tão significativo que o sistema pode ficar comprometido e ser até inteiramente destruído.

A poluição da água por detritos industriais e domésticos, a poluição do ar e a poluição e degradação do solo, na qual inclui a erosão excessiva, são tipos que merecem destaque. A emissão indiscriminada de substâncias no ambiente envolve dois tipos de problemas. Primeiro quando causam impacto direto à saúde humana, causado por substâncias tóxicas no ar, na água ou nos alimentos. Segundo quando causam impactos indiretos ao homem afetando o equilíbrio dos ecossistemas naturais sendo percebidos a longo prazo (CHINALIA et al., 2009a, p. 49).

No que se refere às transformações de paisagens, os seres humanos canalizaram riachos, desviaram rios, cultivaram e criaram plantas e animais em ambientes diferentes e distantes de onde essas espécies tiveram origem e estavam adaptadas, construíram barragens, sistemas de irrigação, pontes, cidades, criaram substâncias químicas inexistentes na natureza, mudaram geneticamente organismos vivos etc., (MARAFANTE, 2015).

Em meio a tantas mudanças, *habitats* inteiros foram destruídos através de desmatamentos e poluições, por exemplo.

Olhando apenas por esse ponto de vista, pode-se concluir, precipitadamente, que o ser humano é uma espécie prejudicial e potencialmente corrosiva dentro da Biosfera. Entretanto, se o ser humano é

capaz de destruir, também é o mais capacitado de todos os seres vivos conhecidos para preservar, desenvolver e criar condições favoráveis à manutenção e equilíbrio da vida em locais onde a vida ainda não alcançou ou tem dificuldades para se organizar.

Neste ponto, destaca-se também a inserção das políticas públicas, como forma de atuação eficaz na defesa do meio ambiente para evitar sua degradação, na prevenção do dano ambiental e com o objetivo de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais. Especialmente, em relação a Peruíbe (SP), destaca-se o Plano Diretor que define princípios, objetivos, estratégias e instrumentos para a realização das ações de planejamento no município, reservando um capítulo para discussão da conservação, Preservação e Manutenção do Ambiente Natural e do Patrimônio Socioambiental.

Assim, observa-se que os seres humanos são plenamente capazes de preservar, bem como de melhorar, as condições ambientais, desde que tenham consciência e vontade ideológica/moral para tanto, o que leva também à importância da educação ambiental.

Educação ambiental e conscientização humana

Para uma relação mais consciente/responsável como o meio ambiente, faz-se imprescindível um novo arranjo do pensamento e do comportamento das pessoas em geral (toda a população).

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na coparticipação da gestão ambiental das cidades.

Nesse sentido, a educação ambiental (EA) representa um instrumento essencial para

superar os atuais impasses da nossa sociedade (CASCINO; JACOBI; OLIVEIRA, 1998, p. 02).

Apenas através da conscientização sobre o funcionamento, a lógica, as necessidades, os limites, as possibilidades acerca do meio ambiente é que será possível um novo posicionamento na relação homem/natureza. A educação ambiental é o grande canal desenvolvedor de tal conscientização, portanto, torna-se um instrumento indispensável na luta por uma reconfiguração socioambiental que seja mais viável, segura, sustentável.

[...] Trata-se então de desenvolver o processo educativo, contemplando tanto o conhecimento científico como os aspectos subjetivos da vida, que incluem as representações sociais, assim como o imaginário acerca da natureza e da relação do ser humano com ela. Isso significa trabalhar os vínculos de identidade com o entorno socioambiental. Só quando se inclui também a sensibilidade, a emoção, os sentimentos e as energias se obtêm mudanças significativas de comportamento. Nessa concepção, a educação ambiental é algo essencialmente oposto ao adestramento ou à simples transmissão de conhecimentos científicos, constituindo-se num espaço de troca desses conhecimentos, de experiências, de sentimentos e energia (MARAFANTE, 2009, p. 19-20).

Existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização

e no controle dos agentes de degradação ambiental (JACOBI, 2003, p. 192).

Para além de pessoas conhecedoras dos processos biológicos, químicos e físicos que compõem suas existências, para a concretização do desenvolvimento sustentável é necessária a construção de pessoas engajadas e/ou comprometidas com a transformação socioeconômica e, portanto, política, da sociedade humana atual, gerando um novo quadro de valores, posturas e entendimentos em torno da vida e de seu significado.

Os impactos negativos do conjunto de problemas ambientais resultam principalmente da precariedade dos serviços e da omissão do poder público em relação à prevenção das condições de vida da população, porém é também reflexo do descuido e da omissão dos próprios moradores, inclusive nos bairros mais carentes de infraestrutura, colocando em xeque aspectos de interesse coletivo. (CASCINO; JACOBI; OLIVEIRA, 1998, p. 01-02).

Nesses tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, o ciberespaço, a multimídia, a Internet e a educação para a cidadania representam a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida (CASCINO; JACOBI; OLIVEIRA, 1998, p. 01).

Desse modo, fica claro que mais do que conscientização bioquímica e física, a educação ambiental traz consigo a promessa de reconfiguração do posicionamento civil perante o meio ambiente, a sociedade e o próprio indivíduo.

Caracterização do Município de Peruíbe (SP)

Conforme o Diagnóstico Urbano Socioambiental realizado em convênio com a Petrobras e o Instituto

Pólis, o município de Peruíbe apresenta fortes articulações com toda a Baixada Santista, e por consequência articula-se intensamente com outras regiões do Estado de São Paulo, do Brasil e até com países da América Latina e de outros continentes. Tais articulações não são recentes e possuem determinantes históricos, econômicos, políticos, culturais e ambientais (POLIS, 2012).

Ainda segundo o documento, a cidade possui uma área total de 31 mil hectares, sendo que a maior parte de seu território, inserida em unidades de conservação (UC), permanece não ocupada, resultando em uma densidade populacional total do município bastante baixa, de apenas 1,9 hab/ha. A área efetivamente urbanizada ocupa aproximadamente 11% do território, resultando em uma densidade populacional da área urbanizada de 17,3 hab/ha.

De acordo com informações do Diagnóstico Urbano Socioambiental (POLIS, 2012), Peruíbe tem 75,71% de seu território cobertos por vegetação nativa e 56,26% em UC. Além disso, há a Terra Indígena Peruíbe, já regularizada, em parte sobreposta ao PESM, e a Terra Indígena Piaçaguera (declarada).

A UC - Núcleo Pedro de Toledo conta com a maior extensão de áreas com vegetação bem conservadas. Já a ARIE da Ilha do Ameixal, a ESEC Juréia-Itatins e a APA Cananéia Iguape e Peruíbe protegem importantes manguezais, além de áreas de restinga e de floresta no setor sul do município. As principais ameaças nessas áreas são a caça, a extração de palmito, de bromélias, a ocupação irregular e a expansão da agricultura do entorno.

Peruíbe tem uma precária rede de esgotos. Dos 19.273 domicílios com residentes fixos em 2010, apenas 37,48% estavam conectados à rede coletora de esgoto ou de águas pluviais e 44,32% utilizavam fossas sépticas. O sistema de abastecimento de água é considerado satisfatório (entre 90% e 100%) nas áreas de maior densidade demográfica, mas insuficiente em áreas com ocupações esparsas (POLIS, 2012).

O município coletou, em média, 1,8 mil toneladas mensais de resíduos sólidos, em 2009, valores que chegaram próximo às 2,5 mil toneladas na alta temporada. A disposição final dos resíduos é feita em um aterro municipal considerado inadequado pela legislação, pois conta com sistema de tratamento incompleto (POLIS, 2012).

É importante, reforçar ainda que os maiores empregadores no mercado formal de trabalho, conforme dados de 2010, eram o comércio, com quase 40% das vagas formais existentes, seguido do setor de serviços, que engloba os empreendimentos voltados para o turismo e a administração pública. Desse modo, a cidade depende direta ou indiretamente do turismo, visto que conforme dados do Censo 2010, 66% dos domicílios existentes são ocupados por moradores fixos e 44% dos domicílios existentes no município de Peruíbe são de uso ocasional (POLIS, 2012).

Assim, os sistemas de saneamento básico, de fornecimento de energia elétrica, de transportes e trânsito, além de serviços de saúde e do terciário, necessitam ser dimensionados e melhorados de forma a atender população seja de moradores, turistas ou veranistas, aliando ainda a questão da sustentabilidade e preservação ambiental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Classificação da pesquisa

O presente trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica somada a uma pesquisa de campo de caráter exploratório a partir de análise qualitativa.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 60).

De acordo com Fonseca (apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37), “a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”.

O recurso utilizado pela presente pesquisa de campo foi a aplicação de um questionário:

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. [...] Todo questionário deve ter natureza impessoal para assegurar uniformidade na avaliação de uma situação para outra. Possui a vantagem de os respondentes se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita coletar informações e respostas mais reais (o que pode não acontecer na entrevista) (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 53).

A pesquisa de campo foi classificada como exploratória a partir do conceito cunhado por Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 53):

A pesquisa exploratória não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias.

A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes.

Por fim, o caráter qualitativo da pesquisa se deve ao seguinte entendimento conceitual:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com

representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...] Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito [...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31-32).

Descrição da coleta de dados

Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre conceitos de percepção humana, meio ambiente, preservação e educação ambientais.

Em seguida, estruturou-se um questionário que foi aplicado a pessoas que se encontravam na praia de Peruíbe (SP) em fins de dezembro de 2015. As pessoas foram abordadas na própria praia, estando as mesmas em suas tendas na areia ou sentadas em quiosques à beira mar.

Embora a obtenção de respondentes tenha sido aleatória, procurou-se selecionar o mesmo número de respondentes de cada um dos três grupos pesquisados – moradores, veranistas e turistas – inteirando 30 representantes de cada grupo, portanto, 90 questionários foram respondidos no total.

Outra preocupação na seleção dos respondentes foi privilegiar homens e mulheres com aparências etárias superiores a 25 anos, posto que imaginou-se que tais pessoas estariam mais aptas a responder com clareza, sinceridade e coerência o questionário proposto, correspondendo assim a um de nossos objetivos: abordar pessoas supostamente mais “maduras” para a devida identificação do grau de percepção e entendimento entre as mesmas sobre a conservação ambiental.

O tamanho da amostra se deu pela dificuldade em se encontrar moradores da cidade de Peruíbe (SP) dispostos ou em condições de responder ao questionário, posto que em sua grande maioria, tratou-se de pessoas que estavam, no momento,

trabalhando para atender seus clientes. Pelos próprios objetivos assumidos, não seria viável quantidades diferentes de amostras entre os grupos, portanto, seguiu-se a quantia do menor grupo obtido (30 moradores respondentes).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi dito, no total, 90 respondentes participaram da pesquisa de campo, sendo estes divididos igualmente entre moradores, veranistas (proprietários de residência na cidade alvo de estudo, mas que moram em outras cidades e vão periodicamente ao local estudado) e turistas convencionais.

A Figura 1 apresenta a faixa etária dos respondentes de acordo com as categorias citadas. Neste, fica evidente que os moradores pesquisados pertencem majoritariamente ao público acima de 50 anos de idade, e tanto os veranistas quanto os turistas pesquisados estão mais bem distribuídos do ponto de vista etário, entretanto, a grande maioria se encontra na faixa acima de 25 anos, tal qual interesse assumido pela pesquisa.

Os dados apontados vêm ao encontro das informações relatadas no Diagnóstico Urbano Socioambiental, que aponta que o ritmo de crescimento populacional em Peruíbe desacelerou fortemente, passando de uma taxa geométrica de crescimento anual de 5,14% entre 1991-2000, para 1,52%, entre 2000-2010 (POLIS, 2012).

No que se refere ao grau de escolaridade dos respondentes, expresso na Figura 2, nota-se uma elevada formação escolar dos veranistas, boa formação estudantil dos turistas e de menor grau a formação escolar dos moradores pesquisados.

A Revista Opinião Pública (2012) publicou Encarte Tendências que abordava a evolução das percepções dos brasileiros sobre questões ligadas ao Meio Ambiente entre os anos 1990 e 2010, onde que os mais escolarizados são os que mais percebem a gravidade do problema ambiental e os mais insatisfeitos com a proteção do meio ambiente, mas o menor grau de instrução não significa que os menos

instruídos não percebam a gravidade do problema.

Especialmente nesta pesquisa, apontamos o sentido de pertencimento ao lugar, o qual funciona como aporte identitário dos moradores locais, que será constado nos resultados posteriores e vem ao encontro do tempo que habitam Peruíbe (SP), quando questionados os moradores responderam em média 25 anos de estada na cidade.

Quando investigados sobre há quantos anos possuem casa de veraneio em Peruíbe (SP), os veranistas responderam em média 20 anos, sendo que os mesmos residem majoritariamente na cidade de São Paulo.

Quando perguntado aos turistas quantas vezes eles haviam estado em Peruíbe (SP), a média ficou em torno de 9 vezes. O que representa um público assíduo em visitar a cidade.

Dessa forma, conclui-se que a amostra é bastante representativa quanto ao contato entre pesquisados e a cidade alvo da pesquisa.

Na sequência do questionário foi indagado aos respondentes se os mesmos sabiam o que significa meio ambiente, e a esmagadora maioria, dos três segmentos analisados, afirmou que “sim”, como ilustra a Figura 3.

Essa questão é importante para entender-se o público pesquisado entende o conceito de meio ambiente e sua amplitude, apontando caminhos para futuras intervenções relacionadas a educação ambiental.

Em seguida, através de uma pergunta estruturada, questionou-se o que seria meio ambiente de acordo com a concepção de cada respondente, e a maioria deles, tanto moradores, veranistas e turistas, indicaram ser “o ambiente gerado pela relação entre os seres vivos e não vivos do planeta”.

Conclui-se com isso que, dentre as opções de respostas oferecidas, os respondentes indicaram o conceito mais bem-acabado de meio ambiente, de acordo com o cruzamento do referencial teórico levantado na pesquisa bibliográfica (ver Figura 4).

Quando indagados se pensavam sobre o meio ambiente no dia a dia, os três segmentos novamente mantiveram um direcionamento de resposta muito

similar, sendo que a maioria indicou “sim, bastante” e “sim, mas não com frequência”. De uma forma ou de outra, os respondentes alegaram, em geral, que sim, pensam sobre meio ambiente em seu dia a dia (ver Figura 5).

Neste momento, volta-se a questão do sentido de pertencimento, que para Freire e Vieira (2006), refere-se a “pertencer à”, “ser propriedade de” ou “fazer parte de”, podendo estabelecer uma relação do sujeito com o lugar, o que poderia estar associado ao pensar mais em meio ambiente pelos moradores do que pelos demais. Descolla (1997), colabora ao mencionar que assim, todos pertencem aos lugares que habitam, sendo ligados a eles pelos sentimentos que neles experimentam, que também será reafirmado pela Figura 7.

Em seguida, ao serem questionados se imaginavam saber o conceito de preservação ambiental, a esmagadora maioria, dos três segmentos, afirmou que “sim”, como fica evidente na Figura 6.

Na sequência, foi perguntado se os respondentes pensam em preservação ambiental em seu dia a dia, e nesse ponto, pela primeira vez na pesquisa de campo, apareceram diferenciações entre os segmentos (ver Figura 7).

A maioria dos moradores afirmou que sim, pensa em preservação ambiental diariamente com bastante intensidade, sendo que apenas pouco mais de 20% alegou que não pensa muito sobre o tema.

A maioria dos turistas declarou que sim, pensa em preservação ambiental diariamente, mas o número dos que se preocupam bastante não foi muito maior do que o número dos que não se preocupam tanto (“sim, mas não com frequência”).

Já os veranistas ficaram praticamente empatados entre as opções “sim, mas não com frequência” e “não muito”, o que demonstra um posicionamento diferenciado em comparação com os outros dois segmentos nesse tocante.

Quando questionados sobre os motivos que levam ou não os respondentes a pensar sobre preservação ambiental – embora tenha sido elaborada uma questão dissertativa –, para aqueles

que alegaram pensar sobre preservação ambiental, foi possível identificar quatro eixos de justificativas: “necessidade de melhorar a qualidade de vida atualmente”, “necessidade de manter a praia limpa”, “para oferecer continuidade à vida” e “para garantir o futuro das próximas gerações”; de modo que foi possível estipular a Figura 8.

Verifica-se um dado preocupante, a esmagadora maioria dos respondentes que alegou se preocupar com preservação ambiental diz que o faz por estar interessada com “o futuro das próximas gerações”, entretanto, a preservação ambiental não é necessária apenas para um futuro distante ou mesmo próximo, mas sim para a manutenção de condições básicas de vida no presente (JACOBI, 2003).

Dos que alegaram não pensar sobre preservação ambiental, quase todos os turistas disseram não fazê-lo devido à falta de conscientização geral e da pouca atuação dos governos em campanhas e projetos contundentes na área. A maioria dos veranistas que afirmou não pensar em preservação ambiental preferiu não justificar o motivo, e muitos moradores, tanto dos que disseram pensar quanto dos que alegaram não pensar em preservação ambiental, se isentaram de responder à referida pergunta.

Em seguida, foi questionado aos três segmentos se os mesmos se preocupavam com o impacto ambiental que seus consumos geram, e o resultado foi: quase 50% dos veranistas e pouco mais de 50% dos turistas afirmaram que “sim, mas não com muita frequência”, já os moradores ficaram bastante distribuídos entre as opções oferecidas, demonstrando pouca preocupação com o impacto ambiental de seu consumo, como demonstra a Figura 9.

Embora não tenha sido levantada a faixa de renda dos entrevistados, no momento da aplicação dos questionários notou-se que os veranistas e os turistas pertencem a classes econômicas mais abastadas, enquanto que os moradores respondentes ocupavam posicionamento financeiro inferior na escala econômica do país. Assim, é possível associar o comportamento do consumidor desatento às questões ambientais tanto à escolaridade quanto à

situação econômica, em que os consumidores menos abastados não procuram pensar em preservação ambiental em seus atos de compra e utilização de produtos, mas sim na relação custo benefício orientada pelo preço desses produtos.

Posteriormente foi perguntado “quem mais contribui com a preservação ambiental das praias?”. E o resultado foi: os moradores consideram que são eles próprios; os veranistas também imaginam, majoritariamente, que são eles mesmos os maiores contribuidores, entretanto, alguns poucos identificaram os moradores como os mais importantes para esse fim; finalmente, os turistas apontam, em geral, serem os moradores os grandes contribuidores para a preservação ambiental das praias (ver Figura 10).

Em seguida, perguntou-se “quem mais contribui com a depredação ambiental das praias?”. E o resultado foi que os três segmentos, sobretudo os veranistas, apontam os turistas como os principais culpados pela depredação das praias, mesmo os próprios turistas têm essa visão (ver Figura 11).

Posteriormente, uma questão estruturada foi efetuada: “Quais medidas de preservação ambiental o Sr(a) costuma realizar?”.

Sintetizando as respostas, foi possível alinhá-las nos seguintes tópicos: “redução de combustíveis fósseis”, “redução de produtos descartáveis”, “economia de água e energia elétrica”, “não desmatar e não matar animais”, “descarte correto de lixo”, “educação ambiental das crianças” e “separação de resíduos para reciclagem”, compondo a Figura 12.

Com o apresentado acima, identifica-se claramente dois fatos: 1. Há uma homogeneidade nas respostas dos três segmentos estudados quanto às medidas adotadas no campo da preservação ambiental; e 2. Os respondentes declaram, em pé de igualdade entre os três segmentos, que sua maior atuação para a preservação ambiental está relacionada ao “descarte correto de lixo” e “separação de resíduos para reciclagem”.

Por fim, através de uma questão dissertativa, questionou-se quais medidas de preservação ambiental os respondentes gostariam de executar,

mas não o fazem, e quais seriam os motivos da não realização.

No que se refere às ações desejadas, foi possível aglutiná-las nas seguintes categorias: “trabalhar com conscientização ambiental”, “consumir produtos menos impactantes”, “cultivar plantas e proteger animais”, “reciclagem de materiais”, “utilizar menos embalagens plásticas”, “utilização mais econômica e racional da água”, “buscar tratamento de esgoto no litoral” e “evitar degradação das praias”, tal qual exposto na Figura 13.

Identifica-se claramente que os moradores gostariam de participar mais ativamente da reciclagem de materiais, e os mesmos acusaram que não o fazem devido à falta de estrutura municipal e à carência de entendimento da população em geral sobre a importância da reciclagem.

Os veranistas se dividem entre as categorias indicadas, mas a maior reincidência sobre a atividade que gostariam de realizar é a de trabalhar com conscientização ambiental. O curioso é que os mesmos respondentes, em perguntas anteriores, alegaram não pensar em preservação ambiental em

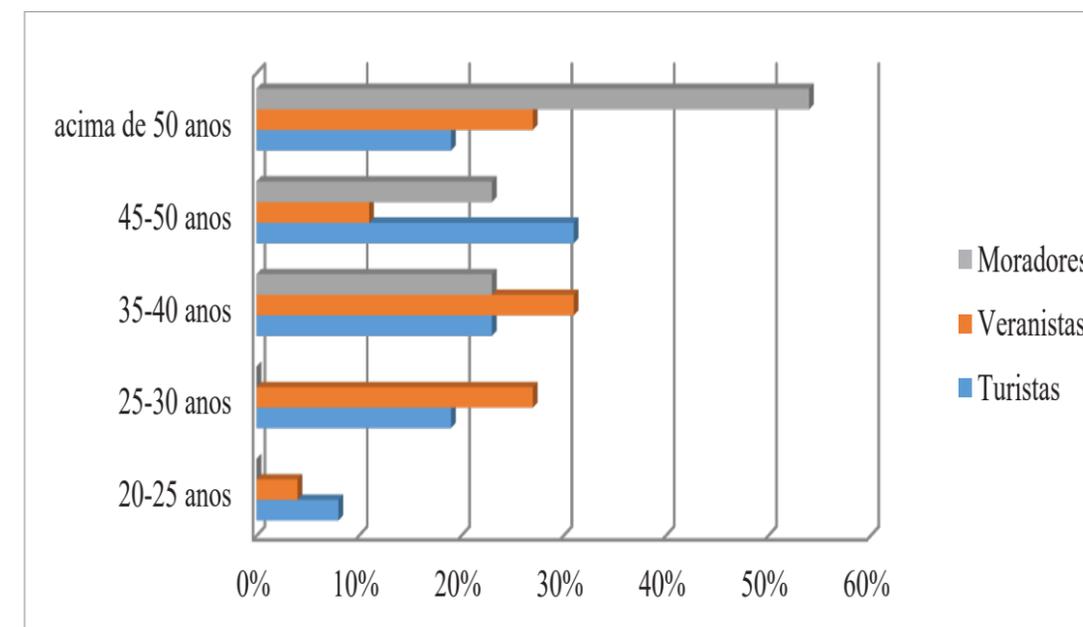
seu dia a dia com veemência, o que nos leva a pensar que mais do que participar do processo educacional como educadores, o que talvez desejem de fato é participarem como educandos.

Já os turistas indicam, majoritariamente, que desejariam participar mais e melhor da preservação das praias. Outro ponto curioso, pois os mesmos turistas foram identificados, pelas outras duas categorias e por eles próprios, como os principais responsáveis pela depredação ambiental das praias.

Tanto veranistas quanto turistas dizem não realizarem as atividades que desejam devido à falta de tempo e de estímulos para isso. Sendo que não foi possível identificar em suas respostas que tipo de “estímulos” esperam da sociedade, do governo ou de si mesmo.

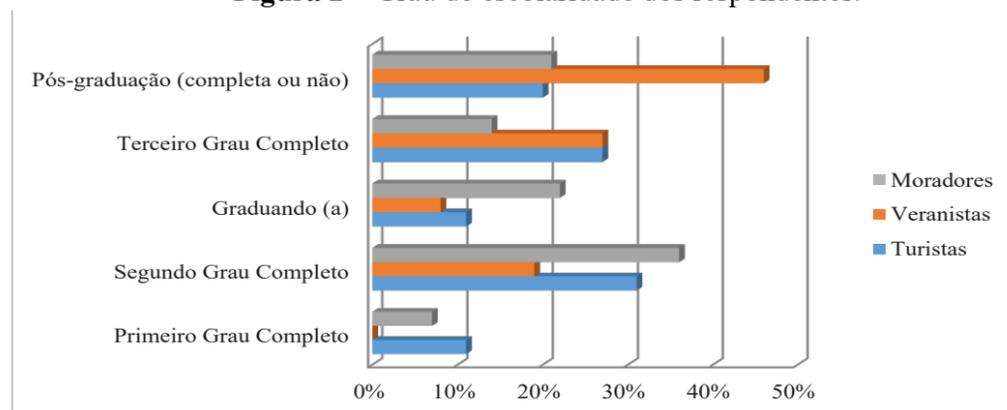
Cabe registrar que muitos respondentes, principalmente os moradores, deixaram esta última questão sem resposta e os percentuais foram estipulados a partir do total de respondentes de cada grupo separadamente (moradores, veranistas e turistas).

Figura 1 – Faixa etária dos respondentes.



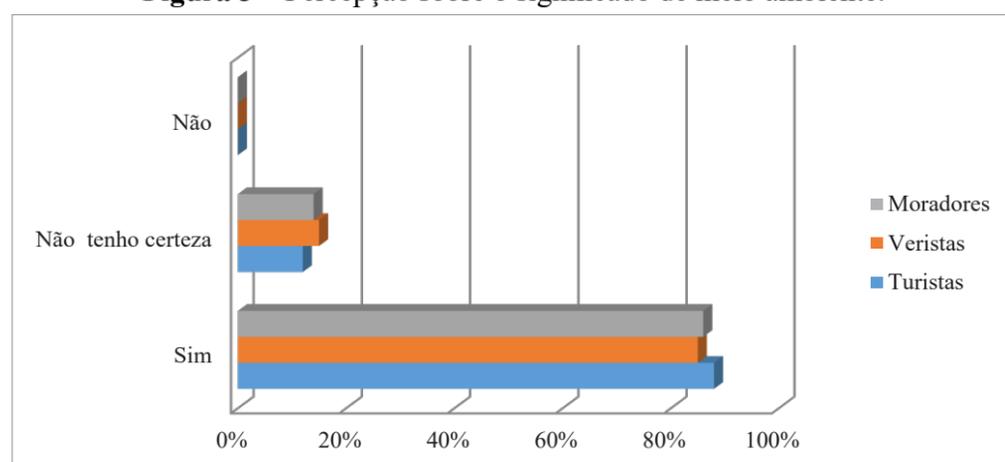
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 2 – Grau de escolaridade dos respondentes.



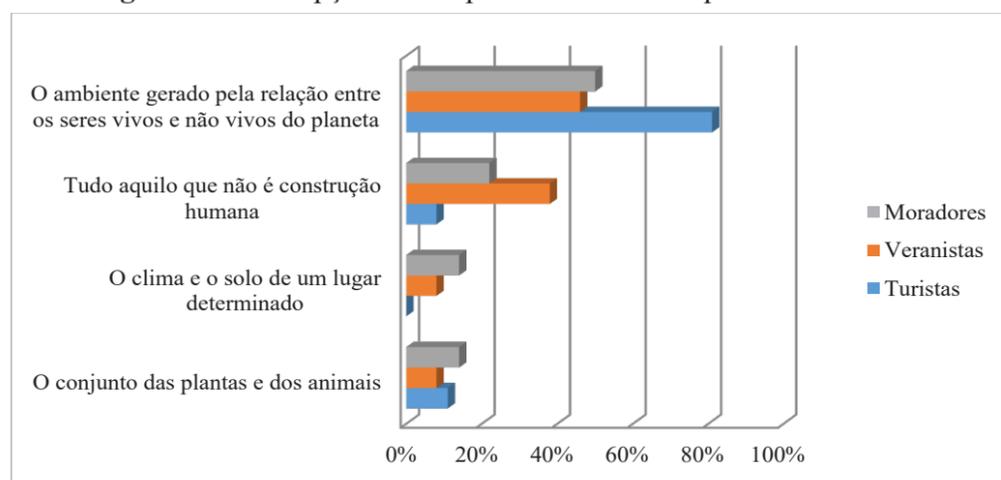
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 3 – Percepção sobre o significado de meio ambiente.



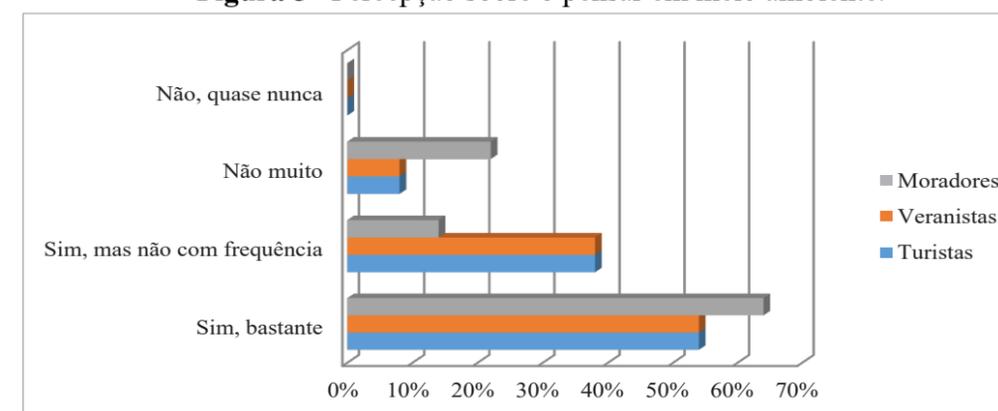
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 4 – Concepção dos respondentes sobre o que é meio ambiente



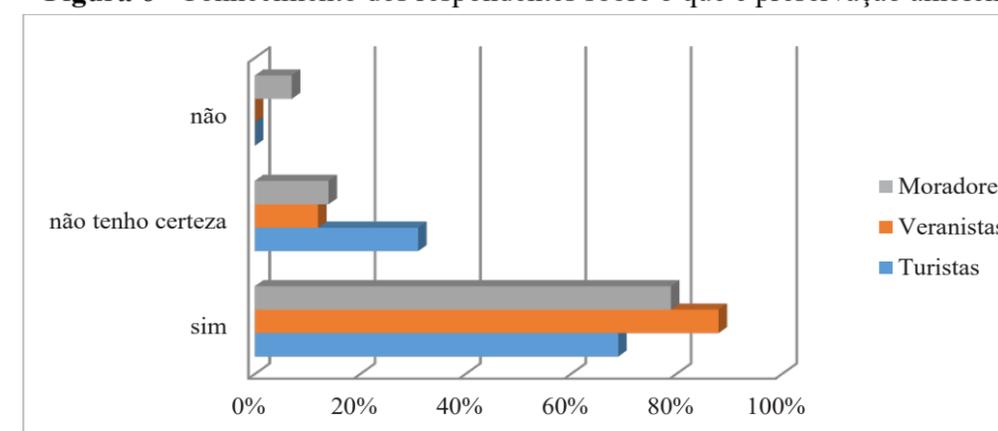
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 5– Percepção sobre o pensar em meio ambiente.



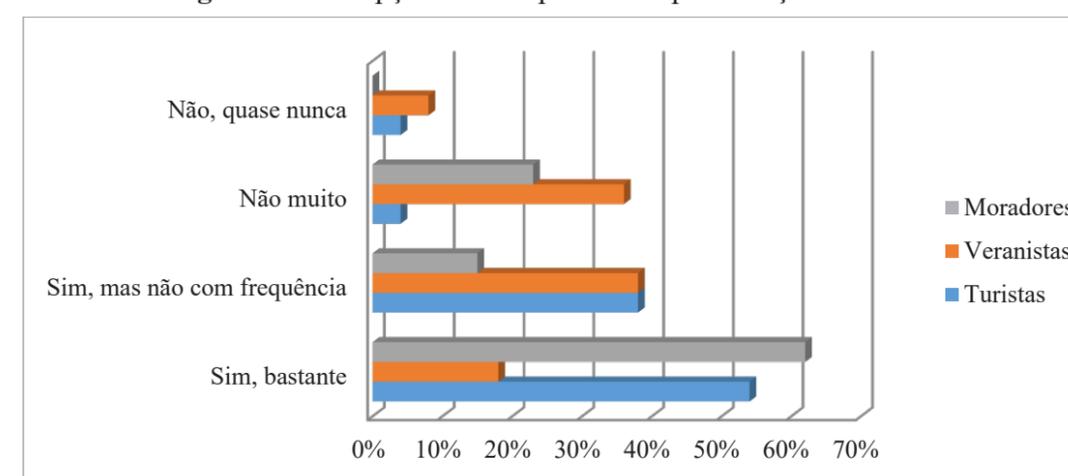
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 6– Conhecimento dos respondentes sobre o que é preservação ambiental.



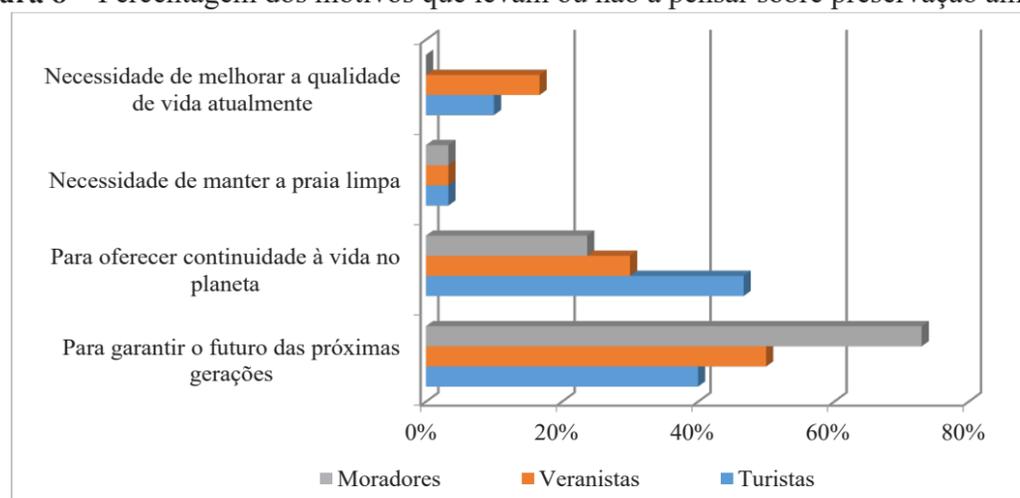
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 7 - Percepção sobre o pensar em preservação ambiental.



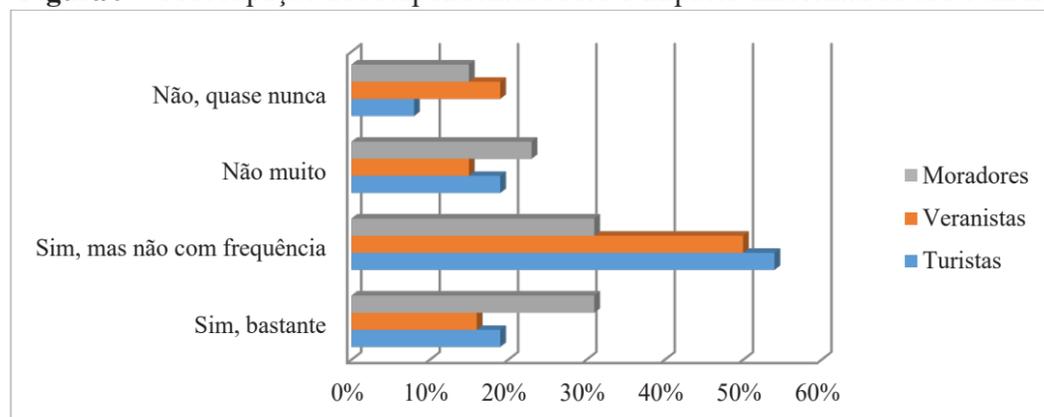
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 8 – Percentagem dos motivos que levam ou não a pensar sobre preservação ambiental.



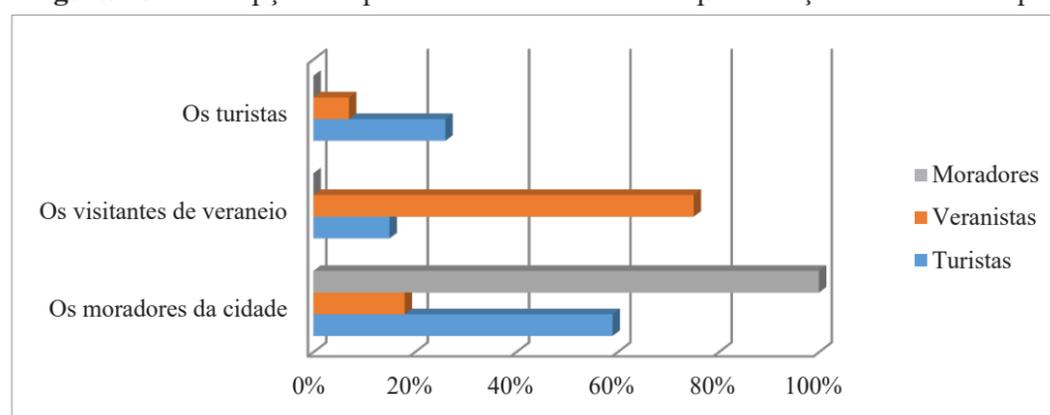
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 9 – Preocupação dos respondentes sobre o impacto ambiental de seu consumo.



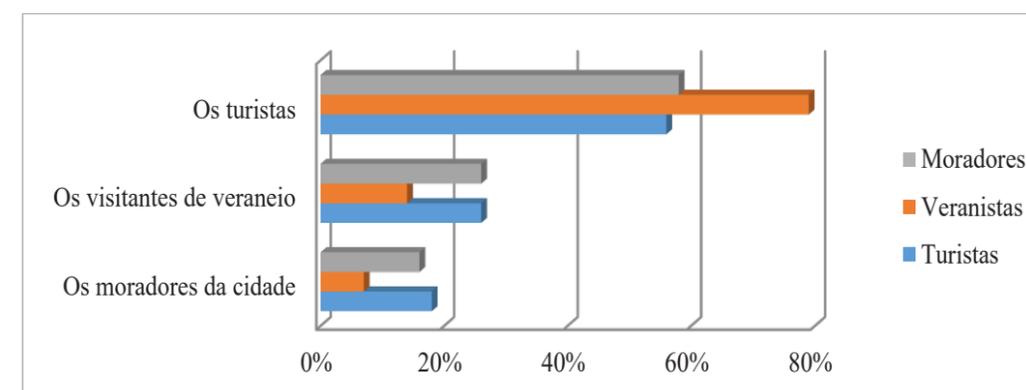
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 10 – Percepção de quem mais contribui com a preservação ambiental na praia.



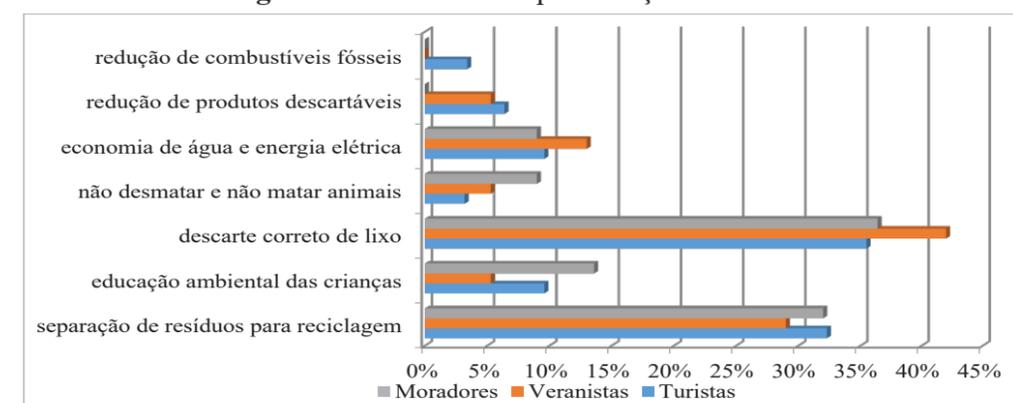
Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 11 - Percepção de quem mais depreda o ambiente na praia.



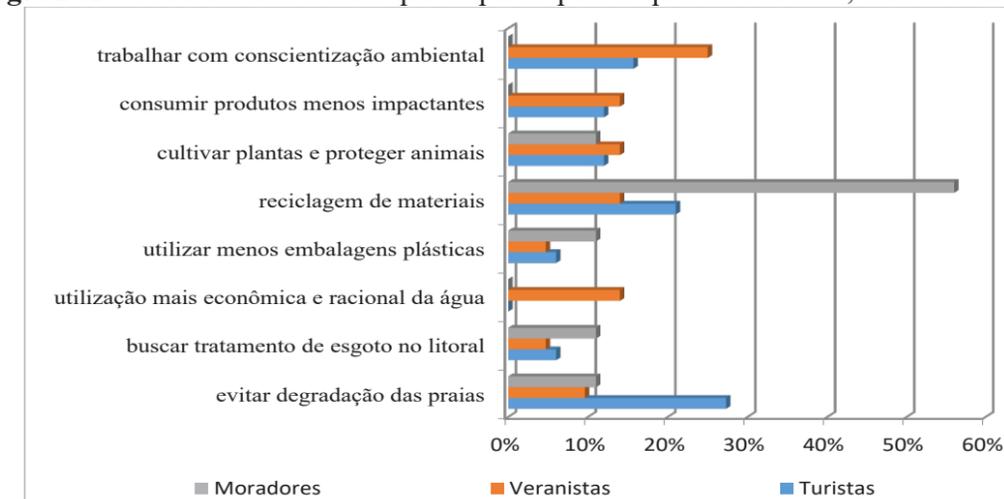
Fonte: elaborado pelos autores

Figura 12 – Medidas de preservação ambiental.



Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 13 – Medidas ambientais que os participantes querem executar, mas não fazem.



Fonte: elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a conclusão do presente estudo, imagina-se ser conveniente retomar os objetivos assumidos inicialmente e, um a um, observar suas efetivações ou não.

O primeiro dos objetivos específicos propostos foi de identificar a percepção quanto ao significado de meio ambiente dos três grupos pesquisados (moradores, veranistas e turistas). Nesse tocante, ficou evidente um atualizado e produtivo entendimento sobre o conceito de meio ambiente dos três grupos (“o ambiente gerado pela relação entre os seres vivos e não vivos do planeta”).

O segundo objetivo específico era identificar e comparar as concepções, ações e comportamentos dos grupos pesquisados quanto à preservação ambiental, nesse sentido, embora os três grupos tenham declarado pensar em meio ambiente em seu dia a dia, há algumas diferenças quanto à preocupação com a preservação ambiental: os veranistas não parecem se preocupar muito com preservação, se comparados aos turistas e mais ainda aos moradores.

Uma constatação preocupante é a de que, de forma uníssona, os pesquisados afirmaram que sua motivação para se preocupar com preservação ambiental tem a ver com a “garantia do futuro às próximas gerações” e poucos foram os que identificam a preservação ambiental como necessária à melhoria da qualidade de vida das pessoas na atualidade.

Dois problemas podem ser extraídos desse fato: 1. Explícita-se a dificuldade de compreensão sobre o vital e constante relacionamento do ser humano e seu meio, pois não parece haver clareza sobre os impactos e efeitos prejudiciais à saúde e qualidade de vida dos indivíduos trazidos pela poluição, destruição e degradação ambientais a todos os seres vivos aqui e agora; 2. Ao imaginar que a não preservação ambiental levará “apenas” a problemas futuros e a outras pessoas, os indivíduos capitalistas contemporâneos tendem a não dar importância ao problema, posto que a cultura da

sociedade capitalista pós-moderna é marcada por um posicionamento extremamente consumista, individualista e imediatista (BAUMAN, 2004). Assim, dentro da presente sociedade, algo “para o futuro” é algo que não interessa, que não importa.

E mais, se há uma despreocupação com o meio ambiente dentro da principal e mais valorizada atividade das pessoas em geral na sociedade capitalista pós-moderna, que é o consumo, então as ações de preservação ambiental tornam-se periféricas e casuais. É exatamente o que foi constatado quando perguntado sobre as principais atividades de preservação ambiental realizadas pelos respondentes: “descarte correto de lixo” e “separação de material para reciclagem”, ou seja, ações que nada ou pouco interferem na rotina produtiva e consumista capitalista.

Isso posto, atingiu-se também outro objetivo específico assumido pela presente pesquisa: “identificar quais os fatores mais relevantes para a motivação da preservação ambiental de acordo com os grupos pesquisados”, qual seja: “o futuro das próximas gerações”.

No mais, para dar cabo do último objetivo específico firmado – “identificar se há identidade entre os membros dos referidos grupos a partir da relação que os mesmos possuem com o meio ambiente, bem como se há distinção e distanciamento entre os grupos também a partir do posicionamento ambiental” –, além do já dito, há de se marcar a existência da identidade interpretativa/perceptiva dos grupos pesquisados (moradores, veranistas e turistas), bem como da similaridade na maior parte das considerações dos respondentes, independentemente do grupo ao qual pertencem.

A maior prova dessa similaridade foi encontrada quando pedido aos respondentes que identificassem o maior benfeitor e o maior depredador ambiental das praias de Peruíbe (SP), e as respostas acusaram os moradores como os que mais contribuem para a preservação e os turistas como os que mais degradam o meio ambiente, confirmando assim a hipótese que orientou a pesquisa de campo.

No campo das distinções de opinião, o que marca presença são as medidas de preservação ambiental que os respondentes gostariam de realizar, mas por algum motivo não o fazem. Sendo que os moradores basicamente gostariam de atuar mais na reciclagem de materiais; os turistas desejam evitar degradação das praias; e os veranistas intencionam trabalhar com conscientização ambiental.

Também é importante registrar que os moradores alegaram não conseguir cumprir com seu desejo de maior atuação junto à reciclagem de materiais devido à falta de estrutura e políticas públicas na cidade de Peruíbe (SP) referente ao caso.

Aliás, a crítica dos respondentes em geral foi exatamente a falta de comprometimento das autoridades públicas, civis e privadas acerca da preservação ambiental, tanto no campo de programas e projetos de conscientização e motivação, quanto no sentido de estrutura material/física para dar sustentação a ações mais efetivas de preservação do meio ambiente.

A partir dos dados aqui levantados, pode-se pensar em algumas estratégias a favor da preservação ambiental direcionadas a cada categoria pesquisada:

- Aos moradores: por serem depositários de maior confiança e responsabilidade pela preservação ambiental, por dependerem basicamente do turismo, por não apresentarem grande escolaridade e tão pouco boas condições financeiras, por acusarem vontade de participar atividade da reciclagem de materiais, caberia às instituições públicas, privadas e civis elaborar projetos de coleta de material reciclável para a comercialização e/ou reutilização do mesmo, bem como promover programas de conscientização ambiental para jovens e adultos, além de intensificar a discussão sobre meio ambiente nas escolas fundamentais, posto que é onde há maior acesso dessa população. Além disso, comerciantes deveriam ser incentivados pela conscientização e pelo interesse financeiro a tornarem seus estabelecimentos e cidade mais limpos e atrativos aos visitantes e consumidores, inclusive

oferecendo produtos e serviços ambientalmente sustentáveis, devido à constatação de demanda por esses, oriundas de turistas e veranistas;

- Aos veranistas: pelo fato de serem pessoas que possuem casas ou apartamentos na cidade estudada e, na grande maioria, alugam ou emprestam tais imóveis quando não estão usufruindo, e por se mostrarem interessados em trabalhar com educação/conscientização ambiental, imagina-se que cursos e/ou capacitações sobre educação ambiental deveriam ser promovidos fora de temporada para que tais veranistas pudessem se engajar na preservação ambiental com consciência, estruturando seus imóveis e elaborando regras de uso dos mesmos, a fim de levar os usuários de tais imóveis a assumir um comportamento igualmente consciente e responsável;

- Aos turistas: sendo identificados, inclusive por si mesmos, como os maiores causadores de impactos negativos ao meio ambiente, caberia às outras duas categorias, juntamente com as instituições públicas, privadas e civis, realizarem a fiscalização e a orientação dos turistas para uma maior responsabilidade ambiental, bem como comportamento ecologicamente sustentável destes. Em uma cidade estruturada, com moradores e locatários de imóveis exigindo posicionamento ambientalmente ético, fica bem mais difícil uma atuação negativa dos turistas nesse sentido. Além disso, apresentar posturas e informações ambientalmente favoráveis a turistas tem sempre a grande vantagem de os mesmos levarem tais comportamentos para outras cidades ou regiões, o que gera um efeito em cadeia muito importante para o processo de conscientização e educação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, S.; SCABIN, A. B.; PESSANHA, A. L. M. Percepção ambiental dos frequentadores de praias paraibanas sobre as tartarugas marinhas:

a influência do projeto tartarugas urbanas. **Ambiente & Educação**, v. 20, p. 102-122, 2015.

AMORIM, Josélio Oliveira de et al. Ambiente e Lazer: análise da percepção ambiental dos frequentadores da praia Ponta D'areia em São Luís - MA. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 16, 2010. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, Núcleo de Pesquisa de Areas protegidas, 2010.

BAPTISTA, M. da G. de A. **Cultura e educação popular: a apropriação dos entes da cultura.** Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/cultura_e_educacao_popular.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2015.

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna.** São Paulo: Paulus, 1997.

CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J. F. de (Org.). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA/CEAM, 1998. Disponível em: <<http://www.fernandosantiago.com.br/eacidada.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** 13.ed. São Paulo: Ática, 2004.

CHINALIA, J. S. T. et al. **Conservação dos recursos naturais e equilíbrio ecológico.** Jaboticabal: Associação Jaboticabalense de Educação e Cultura, 2009a.

CHINALIA, J. S. T. et al. **Percepção e educação ambiental.** Jaboticabal: Associação Jaboticabalense de Educação e Cultura, 2009b.

COSTA, A. K. S. Percepção ambiental dos frequentadores das praias do Bessa e Intermars (PB) frente à conservação das tartarugas marinhas. In: SIMPÓSIO DE BIOLOGIA MARINHA, 15. **Anais...** Santos, 2012,. Disponível em: <http://sites.unisanta.br/simposiobiomar/2012/trabalhos2012/211.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia: ser, saber e fazer.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

COUTINHO, Marina Cyrino Leal. Percepção ambiental de moradores e frequentadores da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, município de Niterói (RJ). In: ENCONTRO FLUMINENSE DE USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2, 2015, **Anais...**Niterói, 2015. Conservação, Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Niterói: Núcleo de Pesquisas de Áreas Protegidas, 2015. v. 3. p. 59-68.

DESCOLLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. In: Castro, Edna; PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido.** Belém: Cejup, 1997.

FERREIRA, Carolina Peixoto. **Percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins.**2005. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FREIRE, José Célio; VIEIRA, Emanuel Meireles. Uma escuta ética de psicologia ambiental. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.2, p.32-37, 2006.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.).

Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

KLEBER, A. de O.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **ANAP Brasil**, ano 1, n.1, jul. 2008. Disponível em: <http://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/viewFile/4/5>. Acesso em: 01 jun. 2015.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3.ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2007. (Coleção filosofia, 19).

LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v.6, n.2, p.99-119, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a07v06n2.pdf>>. Acesso em 04 ago. 2015.

LOPES, Luís Fernando Martinez. **Estudo de Percepção Ambiental com alunos da Rede Pública de Ensino nos Municípios de Peruíbe e Itariri.** Monografia de Especialização, Medianeira, 2011.

MACHADO, R. B. et al. **A abordagem dos corredores de biodiversidade para a conservação dos recursos naturais.** Disponível em: <<http://saf.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/06.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

MARAFANTE, L. J. **Desenvolvimento sustentável e meio ambiente.** Jaboticabal: Associação Jaboticabalense de Educação e Cultura, 2009.

OPINIÃO PÚBLICA. **Encarte Tendências.** Campinas, v. 18, n.2, p. 537-550, nov.2012.

PERUÍBE (Município). **Lei Complementar nº 100, de 29 de março de 2007.** Institui o plano diretor, define princípios, objetivos, estratégias e instrumentos para a realização das ações de planejamento no município de Peruíbe e dá outras providências. Disponível em: http://www.peruibe.sp.gov.br/planodiretor/downloads/LC100_2007_Plano_Diretor.pdf. Acesso em: 08 dez. 2016.

POLIS, Instituto. Diagnóstico urbano socioambiental e programa de desenvolvimento sustentável em municípios da Baixada Santista e Litoral Norte do estado de São Paulo. **Boletim n. 1 Peruíbe.** São Paulo: Governo Federal; Petrobras, 2012.

ROBBINS, S. P. Criando e Mantendo a Cultura da Organização. In: ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas.** São Paulo: Saraiva, 2003.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional.** 9.ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura.** 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SOUSA, Iara Fonseca de et al. Percepção ambiental, perfil socioeconômico e uso e ocupação do solo pela comunidade residente no núcleo Pedro de Toledo – Parque Estadual da Serra do Mar – SP. **O mundo da saúde.** São Paulo, v.30, n.4, p.570-580, out./dez. 2006.

Recebido em: 11/11/2016
Aprovação final em: 12/12/2016